

Valorização, culto à personalidade e a militarização do estado-nação sob o governo de um civil no Zimbábue: um olhar da mídia público-privada

Valorisation, personality cult and the militarisation of nation state under a civilian ruler in Zimbabwe: a public-private media gaze.

JOSIAH NYANDA

Professor da Universidade de Witwatersrand, Johannesburg, Gauteng, África do Sul. E-mail: josiah.nyanda@wits.ac.za. ORCID: 0000-0002-9464-1348.

Edição v. 37
número 1 / 2018

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 37 (1)
abr/2018-jul/2018

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

NYANDA, Josiah. Valorização, Culto à Personalidade e a Militarização Do Estado-Nação Sob o Governo de um Civil no Zimbábue: Um Olhar Da Mídia Público-Privada. *Contracampo*. Niterói, v. 37, n. 01, pp. 110-129, abr. 2018/ jul. 2018.

Enviado em 5 de Outubro de 2017 / Aceito em 2 de Fevereiro de 2018

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v37i1.1088>

Resumo

Usando o olhar da mídia público-privada, este artigo explora como trinta e sete anos do regime de Robert Mugabe culminaram na militarização do Estado-nação sob o governo de um civil. Defendo que as relações civis-militares no Zimbábue – pelo menos do ponto de vista dos meios de comunicação públicos e privados – tiveram como consequência o culto à personalidade e a valorização de Robert Mugabe como o único líder adequado para governar o Zimbábue. Mesmo em face da diminuição da sua popularidade, a polícia e o exército garantiram que Mugabe continuasse no mais alto cargo da política zimbabueana. Afirmando, ainda, que a política zimbabueana pós-independência viu tanto o exército quanto a polícia se intrometerem, manifesta e encobertamente, na política nacional a ponto transformarem as eleições no Zimbábue em uma farsa.

Palavras-chave

Valorização; Culto à personalidade; Militarização; Estado-nação; governante civil.

Abstract

Using the public-private media gaze, this paper explores how thirty-seven years of Robert Mugabe's rule culminated in the militarization of nation-state under a civilian ruler. I argue that the civil-military relations in Zimbabwe – at least from the perspective of the public and private media – had the consequent effect of cult of personality and valorization of Robert Mugabe as the only leader suitable to rule Zimbabwe. Even in the face of waning popularity, the military and police ensured that Mugabe continued to hold on to the highest office in Zimbabwean politics. I further posit that post-independence Zimbabwean politics has seen both the military and police overtly and covertly meddling in national politics to the extent of making a farce of elections in Zimbabwe.

Keywords

Valorisation; personality cult; militarization; nation-state; civilian ruler.

Introdução

Aos 93 anos, Robert Mugabe foi o mais velho presidente africano até sua brusca, ainda que pacífica, saída do poder em novembro de 2017 através de uma intervenção civil-militar apelidada de “Operação restaurar legado”. Até então, ele esteve no comando do Zimbábue durante trinta e sete anos: primeiro como primeiro-ministro por sete anos e, depois, como o Presidente executivo por trinta anos. Através das lentes dos meios de comunicação públicos e privados, defendendo que o governo de trinta e sete anos de Robert Mugabe resultou em uma progressiva militarização do Estado-nação sob o governo de um civil no Zimbábue. Este processo de militarização, que atravessou três décadas e meia, foi o resultado do culto à personalidade e da valorização de Mugabe como o único líder político devidamente qualificado e “enviado por Deus” para governar o Zimbábue. O resultado deste pensamento tóxico, como Lipman-Blumen o chama, foi consciente e deliberadamente “alimentando os seguidores [de Mugabe], ilusões que aumentaram seu poder e prejudicaram a sua capacidade de agir de forma independente, persuadindo seguidores que [ele] seria o único que poderia salvá-los ou [o país]” (2005, 19). Okey Ndibe, em seu livro *Arrows of Rain*, satiriza essa farsa dos “líder[es] perpétuos” e alega que “ninguém no país [...] realmente esperava que Sua Excelência, após um reinado brutal de vinte anos, entregaria o poder a qualquer força menos derradeira e atraente do que a própria morte” (2000, 15). Meu argumento, portanto, deriva da vontade de interrogar como os meios de comunicação públicos e privados no Zimbábue reagiram a este tipo de pensamento que estava enraizado no país através do princípio de poder centralizado do ZANU-PF¹. Busco, também, uma visão mais analítica do caráter e das consequências deste pensamento tóxico na configuração de relações civis-militares no país. Afirimo, a partir de Simon Baynham (1986, p. 15) que “no sistema de governo pessoal [de Mugabe], soldados estão entre os jogadores do jogo político”. Isso teve como consequência a criação de um regime policial-militar totalitário ou estritamente dinástico, ironicamente sob o governo de um civil no país.

O nome de Robert Mugabe, como o de Josef Stalin na União Soviética, de Augusto Pinochet no Chile, Charles Chankay Taylor na Libéria, Slobadin Milosevic na Iugoslávia, Hastings Kamuzu Banda no Malawi e Mobutu Sese Seko no Zaire, entre outros, provoca sentimentos contraditórios. Durante décadas, seu charme e

¹ A União Nacional Africana do Zimbábue (em inglês: Zimbabwe African National Union-Patriotic Front, ZANU-PF) é um partido político do Zimbábue, fundado por Robert Mugabe e atualmente liderado por Emmerson Mnangagwa. O partido foi formado para participar nas primeiras eleições pela junção da ZANU, uma das organizações que lutaram pela independência e de que Mugabe tinha sido um dos fundadores, com a Frente Patriótica.

grandeza, carisma e perspicácia intelectual, apesar de sua idade, cegou muitas pessoas. Consequentemente, “até a mídia teve dificuldade em resistir ao apelo sedutor deste astuto líder” (LIPMAN-BLUMEN, 2005, p.12). Em 2015, durante sua segunda visita oficial à África do Sul em 21 anos, Mugabe sarcasticamente agradeceu à mídia – tanto a privada quanto a pública – pela “publicidade” que esta lhe deu ao longo dos anos. O comentário de Mugabe demonstrou que ele não se opunha às diversas formas como ele havia sido retratado na e pela mídia. A mídia da Rhodesia, por exemplo, via Mugabe como um terrorista. Ela o demonizava como um comunista militante, cruel, sanguinário, sedento de poder e implacável. No entanto, essa imagem negativa de Mugabe mudou radicalmente em 1980 em consequência do tom conciliatório de seu discurso de posse como o primeiro negro primeiro-ministro do Zimbábue independente. O tom aconselhador e o espírito de inclusividade no seu discurso se tornam claros quando ele diz que,

certamente este é o momento de abaixar as armas para que possamos resolver o problema de desenvolver nossa economia e nossa sociedade. [...] Peço a vocês, sejam vocês brancos ou negros, que se juntem a mim em uma nova promessa de esquecer nosso triste passado, perdoar uns aos outros e esquecer, dar as mãos em uma nova amizade, e juntos, como cidadãos do Zimbábue, passar por cima do racismo, do tribalismo e do regionalismo [...](MUGABE, 1980, 2).

As profundas consequências deste discurso foram imediatas. A mídia, tanto local quanto internacional, o elogiou como um político africano pragmático, clemente e otimista. Em uma entrevista com David Martin, Mugabe comentou esta súbita mudança da mídia:

A mudança não está em mim. Não fui eu que passei por uma metamorfose. A transformação de fato está acontecendo nas mentes daqueles que, há muito tempo atrás, me consideravam um extremista, um assassino, um psicopata... são essas pessoas que tiveram de se adaptar à mudança. Eu permaneço como era antes. O que eu era, eu ainda sou. (DAVID MARTIN, 1981)

Considero as palavras de Mugabe ao mesmo tempo fascinantes e relevantes para efeitos do meu argumento. As palavras projetam um homem que constante e consistente em palavras e ações. Elas também foram a inadvertida confissão e afirmação de Mugabe do modo como a mídia o considerava naquele momento e agora.

É neste momento que eu proponho analisar a situação política atual no Zimbábue com vistas a pensar a noção de que houve militarização do Estado-nação sob o governo de um civil no país. A análise será feita a partir de dois olhares, quais sejam, as lentes da mídia pública e privada. Através destas lentes, vou rastrear o papel desempenhado pelos militares no espaço político do Zimbábue e

como este papel consolidou a posição de Mugabe como chefe de estado e governo ao longo de três décadas e meia.

Exército politizado a partidário no Zimbábue: o Olhar da Mídia Privada

O papel ativo e partidário desempenhado pelas forças armadas e por forças de segurança nas esferas política e econômica do Zimbábue criou a noção de que país foi militarizado. Esses papéis eram vistos como deliberadamente e estrategicamente destinados a salvaguardar e perpetuar o reinado de Mugabe. Ademais, a valorização de Mugabe pelos meios de comunicação públicos resultou no que Masiwa (2013, não publicado) descreveu como “a maldição do culto à personalidade”, e na crença de que “nenhuma outra pessoa pode governar o Zimbábue” exceto Mugabe. Da mesma forma, em seu artigo publicado na internet “Regimes Militares: Um Fenômeno do Terceiro Mundo”, Warnapala (2009) afirma que “[todos os] líderes militares emergem sob o slogan de restabelecer a democracia, o bom governo e a estabilidade política”. No caso do Zimbábue, o ex-presidente Robert Mugabe, vestido em ternos de grife fez alegações semelhantes. Ele jurou que nunca iria recuar até vencer a batalha contra a mudança nas agendas dos regimes britânico e americano em relação ao Zimbábue. No plano econômico, Mugabe se via como o único homem que podia lutar para assegurar que a economia do país estava nas mãos da maioria negra dos zimbabueanos. Esta personalização de poder, de acordo com Warnapala (2009), baseia-se no culto à personalidade.

Warnapala (2009) ainda cita que em uma verdadeira democracia os militares não são nem esperados e nem orientados para interferir na representação eleitoral da política democrática. Isso vai de encontro ao papel que tem sido desempenhado pelas forças armadas no Zimbábue. Tanto aberta quanto secretamente, os militares influenciaram o resultado das eleições. Criaram o medo de que, na possibilidade da derrota de Mugabe, os militares assumiriam. Mambo (2013) alega que durante os últimos processos eleitorais, especialmente em 2002 e 2008, os militares desempenharam um papel fundamental nas eleições para assegurar a sobrevivência política de Mugabe. Por exemplo, na véspera da eleição presidencial de 2002, cinco chefes das forças armadas do país que compõem o Comando de Operações Conjuntas (JOC) apareceram na televisão nacional, a Zimbabwe Broadcasting Corporation (ZBC), e declararam abertamente:

Que seja conhecido que o cargo mais alto da nação é uma camisa de força, cujo ocupante deverá observar os objetivos da luta pela libertação. Portanto, não vamos aceitar, muito menos apoiar ou saudar alguém com uma agenda diferente, que ameace a existência da nossa soberania, nosso país e nosso povo (Zimbabwe Independent; 2 de Agosto de 2013).

Esta ameaça aberta às vésperas de uma importante eleição confirmou os temores já existentes de que o Zimbábue havia sido militarizado. Reforçou, ainda, a noção de que Mugabe obteve seu poder e autoridade dos militares. A declaração e o seu timing não foram apenas uma ameaça direta à democracia e ao oponente político de Mugabe, Morgan Tsvangirai, mas também apontavam para a militarização do Estado-nação. Com a ameaça, os chefes das forças armadas traíram o fracasso do exército em se desacoplar da política. A ameaça de forma sucinta sugere que o desengajamento dos militares da política “é, ao mesmo tempo, uma meta elusiva e um conceito escorregadio” (WELCH JR, 1986, p. 67) no Zimbábue. Evidentemente, “as forças armadas continuam a ser a eminência parda da política”, uma vez que eles falharam em “se afastar do palco político” (WELCH JR, 1986, p. 67). Até Novembro de 2017, eles sinistramente pairavam nas asas de Robert Mugabe e seu partido ZANU-PF.

No entanto, Muchena (2013), um dos militares e legalistas de Mugabe, desafiou o que ele enxergava como deliberadas interpretações erradas das supostas “ameaças” feitas pelos cinco chefes das forças armadas. Ele afirmou que a declaração feita pelos generais militares deve ser entendida no contexto da história da luta pela libertação do país que moldou sua trajetória sócio-política e econômica. Ele diz,

Deixe-me colocar as declarações [dos chefes das forças armadas] em contexto. Quando essas declarações foram feitas, os chefes das forças armadas disseram que não iriam saudar um comandante-chefe que não respeitasse os valores da libertação, portanto, eles não se referiam a Tsvangirai, ou qualquer outra pessoa. É importante notar que a cédula de que falamos hoje veio como substituição à bala que foi usada durante a luta pela libertação de modo que qualquer zimbabueano digno desse nome deve respeitar os valores da luta pela libertação e os princípios pelos quais milhares de cidadãos do Zimbábue morreram. (MUCHENA, 2013; Zimbabwe Independent: 26 de julho)

A tentativa de Muchena de justificar e explicar as afirmações dos Chefes das Forças Armadas às vésperas de uma importante eleição aponta de forma sucinta que o exército do Zimbábue “não é apenas subordinado ao partido [ZANU-PF], mas deve estar ciente das razões ideológicas para isso” (GOLDSWORTHY, 1986, p. 119). Isso também confirma a declaração feita pelo último Presidente de Moçambique, Samora Machel, de que “nenhum exército é neutro, nenhum exército é apolítico. As forças armadas de qualquer país são o produto da classe a que servem” (apud

GOLDSWORTHY, 1986, p. 119). Consequentemente, ser um oficial no Exército Nacional do Zimbábue significa ser ZANU-PF, explicar e dirigir a ideologia do ZANU-PF e policiar e mobilizar as massas para seguir o partido ZANU-PF através de meios coercivos.

Os esforços de Muchena para sanear as ameaças de golpe militar pelos chefes das forças armadas às vésperas das eleições de 2002 foram muito barulho por nada. Antes das eleições gerais de 2008, as dinâmicas políticas de interação civil-militar no Zimbábue foram expostas pelo General Constantine Chiwenga. No que acabou por revelar a politização dos militares e uma compreensão mais clara do papel do exército em assegurar a sobrevivência do regime civil de Mugabe, o General Chiwenga causou impacto ao declarar abertamente:

as eleições estão chegando e o exército não vai apoiar ou saudar agentes vendidos ao Ocidente antes, durante ou depois das eleições presidenciais. Não vamos apoiar ninguém além do Presidente Mugabe que sacrificou muito por este país. (The Zimbabwe Independent; 2 de Agosto de 2013)

Outra figura militar, o major-general Douglas Nyikayaramba, maldosamente descreveu o rival político de Mugabe, Morgan Tsvangirai, como uma “ameaça à segurança nacional” (ibid). Acrescente-se a isto manchetes sensacionalistas como “Nenhuma saudação do exército por Tsvangirai: [diz] Mnangagwa” (talkzimbabwe.com), onde o Ministro da Defesa alegou que nenhuma pessoa fora da linha de comando militar estava elegível a uma saudação pelos chefes das forças armadas. Estas declarações aparentemente imprudentes foram sempre colocadas estrategicamente em momentos críticos da política do Zimbábue. Elas beiravam as ameaças e criavam a percepção de que havia militarização do Estado-nação sob o governo de um civil no país. A isto acrescenta-se o fato de que como um estrategista político verdadeiramente notável, Mugabe se fingiu de morto em tudo isso. Ele não usou sua posição como Comandante-chefe das Forças de Defesa do Zimbábue para repreender esses militares sempre que eles interferiam nos assuntos civis e políticos. Por conseguinte, o estilo principesco de Mugabe e seu regime pessoal de longa duração sobreviveram através do emprego de coação, violência, e outros meios políticos prejudiciais e injustos. No caso do meu argumento aqui, os militares recorreram a “intimidação, supressão e expurgos “para assegurar a sobrevivência de Mugabe no poder (GOLDSWORTHY, 1986, p. 103).

Em uma reportagem intitulada “Ministro diz que não tem obrigação de saudar Primeiro-Ministro”, o Media Institute of Southern Africa (MISA) (2009) flagrou o Ministro da Defesa declarando que os Chefes das Forças Armadas não

comprometeriam sua lealdade ao primeiro-ministro (Morgan Tsvangirai). Eles prefeririam comprometer sua lealdade à estrutura do exército chefiado pelo Presidente que, no linha de comando do exército está no ápice como o Comandante-chefe. Uma combinação de declarações de Chiwenga e Nyikayaramba com os argumentos do Ministro da Defesa nos leva à questão do culto à personalidade. Mas, quem pode culpá-los quando até mesmo o Acordo Político Global assinado por Robert Mugabe, Morgan Tsvangirai e Arthur Mutambara personalizaram cargos, contribuindo assim para toda a cultura de culto à personalidade? O artigo 20.1.6 sobre a Composição do Executivo declara: "Haverá um Presidente, cujo cargo deverá continuar a ser ocupado pelo Presidente Robert Gabriel Mugabe", e que "deve haver um primeiro-ministro, cujo cargo será ocupado pelo Sr. Morgan Tsvangirai"; nos mostra o culto à personalidade em um documento que se tornou parte da lei suprema do país, através da Constituição do Zimbabué, Emenda número 19.

Os militares também enraizaram seu poder em instituições sócio-políticas e econômicas estratégicas, tais como ministérios, paraestatais, comissões e companhias das quais o governo possui uma fração. Goldsworthy coloca a questão adequadamente quando diz,

governos frequentemente buscam aumentar seu controle pelo uso deliberado de técnicas, [...] em estratégias de recrutamento, promoção e aposentadoria; na cooptação de soldados para estruturas de autoridade do Estado, [...] confiando-lhes cargos ministeriais, burocráticos ou paraestatais; oferecendo proteção, gratificações e recompensas; na manipulação de 'missões' militares; e no uso prudencial das milícias, guardas e agências de segurança como forças de contra-balanceamento (GOLDSWORTHY, 1986, p. 98).

No caso do Zimbábue, o Conselho Nacional de Indigenização e Capacitação Econômica, que supervisiona a implementação do controverso programa de indigenização e empoderamento do país, era chefiado por um major-general reformado. O editorial do jornal Zimbabwe Independent (12 de outubro de 2012), revela que paraestatais e instituições públicas estratégicas nas quais ex-militares são dominantes incluem: a Ferrovias Nacionais do Zimbábue (NRZ), o Conselho de Marketing de Grãos (GMB), a Corporação de Marketing de Minerais do Zimbábue (MMCZ), a Zimbabwe Broadcasting Holdings (ZBH), a Autoridade de Radiodifusão do Zimbabwe (BAZ) e a Zimpapers. Ex-chefes militares também tiveram participação em "empresas altamente lucrativas" como, por exemplo, a Mbada Diamond e Anjin, enquanto um major-general reformado era o Oficial Chefe das Eleições na Comissão de Supervisão Eleitoral durante as eleições de 2002 e 2005. (The Zimbabwe Independent, 12 de outubro de 2012).

Parece haver uma militarização deliberada de instituições sócio-políticas e econômicas estratégicas. A justificativa dada para isso foi que, “quando as pessoas se alistam nas forças armadas, eles servem ao país e ao Estado, mas quando se aposentam, eles são livres para se juntar a qualquer partido político de sua escolha” (MUCHENA; *The Zimbabwe Independent*, Julho 26, 2013). Embora seja do conhecimento geral que a ética profissional dita que um militar deve permanecer apolítico em palavras e ações, ainda temos de admitir que a política é onipresente e oficiais militares são animais políticos que têm convicções políticas próprias. O problema surge quando, ainda no poder, oficiais militares fazem declarações que traem suas posições políticas. Alegações de militarização do Estado-nação sob o governo de um civil no país decorrem destas ocasiões, nas quais se percebe uma deliberada estratégia de sobrevivência política, especialmente quando se considera os papéis centrais desempenhados por essas instituições-chave nas esferas sócio-políticas e econômicas do Zimbábue. Por conseguinte, para Muchena (*The Zimbabwe Independent*, Julho 26, 2013), classificar relatos de militarização do Estado-nação como “invenção e imaginação de pessoas que estão com medo de perder eleições” não é apenas cegueira deliberada e conveniente para um fato tão gritante, mas também uma tentativa de diminuir a gravidade da militarização das instituições civis e públicas que tomou lugar no país.

Um ex-combatente pela liberdade, Wilfred Mhanda, em sua autobiografia *Memórias de um Combatente pela Liberdade* (2011) coloca a questão apropriadamente quando diz,

Em essência, o novo Estado continuou a servir interesses mesquinhos, desta vez os do ZANU-PF, e a consolidar seu domínio. Todas as instituições e órgãos estatais, incluindo o aparato de segurança do Estado, e as agências de aplicação da lei e da justiça criminal, [...] foram progressivamente transformados em instrumentos que servem ao domínio do ZANU-PF, equipando-os com legalistas e distribuição de favores. Por conseguinte, esperar que o Estado de Direito seja executado no Zimbábue dos dias atuais é um desejo que vai de encontro ao senso comum. O mesmo vale para esperar a transformação institucional do setor de segurança e Estado em algo voltado aos cidadãos em vez de servir aos interesses mesquinhos do ZANU-PF. É lógico que este deve resistir a qualquer tentativa de mudar o status quo. É ingênuo esperar que eles cooperem por vontade própria em qualquer política que conduzirá à degradação do seu poder. (2011, p. 254)

Esta delimitação de Mhanda retrata um estado cujo status civil foi tomado pelos militares. Esta deliberada militarização do Estado-nação foi e ainda é um processo em curso no país. A nomeação de nove militares para posições influentes de secretários permanentes e principais diretores de instituições estratégicas e ministérios feita por Mugabe (*The Herald*, 16 de Abril, 2015) em 2015 mostrou o

mais alto nível da aliança militar com o governo. Esta aliança civil-militar em assuntos políticos ofereceu garantia real de que o governo civil de Mugabe sobreviveria a qualquer tentativa de mudança de regime. Somente os militares poderiam remover Mugabe do poder.

A mídia também expôs dotações orçamentais como formas sutis através das quais a militarização do Estado-nação sob o governo de um civil se deu no Zimbábue. Em um artigo intitulado “Porque o orçamento de \$4.1 milhões de Chinamasa alarmou os opositores de Mugabe”, o jornalista independente Blessed Mhlanga (*The Standard*, 11 de Dezembro de 2016), capta o ex-ministro das finanças Tendai Biti descrevendo o orçamento de 2017 como “anti-povo e anti-desenvolvimento”. Biti (2016) afirma que “[o] fato de que dois terços do orçamento são aprovados pelos quatro votos que incluem o gabinete do presidente (\$187million), defesa (\$385m), agricultura (\$293m), dos Assuntos Internos (\$384m) é a prova de que este é um orçamento segurocrático que serve aos interesses do ZANU-PF.” Englobados nesses ministérios estão a Agência Central de Inteligência (CIO), o exército e seus vários setores e a polícia. Enquanto a agricultura pode parecer inocentemente como o ministério do setor econômico (alimentação), sua inocência é perdida quando se olha para a história de como a alimentação foi politizada e costumava ganhar votos no país. A isto acrescenta-se o fato de que o atual comando do programa de agricultura liderado pelo então Vice-Presidente agora Presidente Mnangagwa tem como centro nervoso os militares. Isto equivale a “comprar a lealdade do exército” (DECALO, 1986, p. 51) e pareceu funcionar eficazmente em assegurar que os militares continuassem a ser leais a Mugabe e ao ZANU-PF.

A obsessão da mídia privada com o papel dos militares na paisagem política do Zimbábue fez mais mal do que bem para a imagem já desgastada de Robert Mugabe e dos militares e levou à noção de que, de fato, houve militarização do Estado-nação sob o regime de Mugabe. O exército não apenas está no controle, mas também atua como uma válvula de segurança política para o coagido gabinete da presidência. Evidentemente, as seguintes manchetes, todas relacionadas às eleições gerais de 31 de julho de 2013, apontaram para a alegação da mídia privada de que Mugabe extraiu seu poder e autoridade dos militares e foi um arquiteto da militarização do Estado: “Exército dá vantagem a Mugabe em pesquisas” (*The Zimbabwe Independent*; 2 de Agosto de 2013), “Exército se posiciona diante das pesquisas” (*The Zimbabwe Independent*, 28 de junho de 2013), “Forças de segurança intensificam novos recrutamentos às vésperas das eleições” (*The Zimbabwe Independent*; 7 de maio de 2013), “Polícia embarca em campanha a todo vapor pelo ZANU-PF” (*The Zimbabwe Independent*; 28 de junho

de 2013), “Reforma da segurança: o elefante na sala” (The Zimbabwe Independent. 7 de junho de 2013), “Soldados em marcha para salvar Mugabe” (The Standard; 30 de junho de 2013), “ZANU-PF intensifica patrocínio militar” (The Zimbabwe Independent; 12 de outubro de 2012), “ZANU-PF militariza suas estruturas” (ibid; 5 de julho de 2013) e “Pesquisas de 31 de julho: Exército versus povo” (ibid; 12 de julho de 2013).

O que é preocupante, entretanto, não é tanto a alegação da mídia privada de que o país foi militarizado sob o governo de um civil. Há evidências de que Chefes das Forças Armadas declararam abertamente sua fidelidade e lealdade para com a pessoa de Robert Mugabe e não com o Estado. Pelo contrário, o preocupante é a constatação de que em todas essas alegações feitas pela mídia privada as evidências são atribuídas a fontes anônimas. Elas tomam diferentes formas e títulos, tais como “altos funcionários do governo”, “membros do politburo”, “um alto membro do ZANU-PF e altos funcionários dos serviços de polícia”, que, com medo de represálias, não quiseram se identificar. Implacavelmente, portanto, restam muitas perguntas e poucas respostas quanto à autenticidade das informações, existência e fiabilidade ou falta dela nas fontes anônimas. Este compromisso com o jornalismo profissional traz à mente a decisão histórica do juiz Paddington Garwe no julgamento de Tsvangirai sob alegações de traição e de tramar para assassinar Robert Mugabe. Hudleston lembra a decisão do juiz da Suprema Corte quando ela escreve;

Então Garwe começou a rever as provas e se voltou quase imediatamente para a credibilidade da testemunha. No que se refere à acusação da testemunha, Ari Ben-Menashe, Garwe descartou as alegações feitas em vários artigos de imprensa e publicações atacando a reputação de Ben-Manashe. Ele comentou: ‘Tudo que está perante o tribunal ... são alegações sem fundamento feitas em alguns casos por pessoas desconhecidas. Tendo considerado cuidadosamente as evidências, esta corte é da opinião de que as alegações sugerindo uma má reputação da parte do Sr. Menashe não foram provadas’. (HUDLESTON, 2005, p. 134)

O mesmo pode ser dito sobre a obsessão da mídia privada com o papel desempenhado pelo exército na política zimbabueana, especialmente em assegurar Mugabe no poder. Fontes permanecem anônimas e, portanto, a veracidade das informações se torna questionável.

Sem ir muito longe da desgastada imagem do exército como resultado de seu passado e sua má reputação em lidar com quaisquer vozes discordantes, ainda temos de lidar com o fato de que o exército no Zimbábue tem tentado manter um retrato profissional e imagem positiva em público. Em fóruns públicos e eventos nacionais, tais como a Abertura Oficial do Parlamento, mostras agrícolas, a Feira Internacional de Comércio do Zimbábue, as celebrações do Dia da Independência e

do Dia dos Heróis e das Forças de Defesa, o Exército Nacional do Zimbábue é a principal atração. Ele mesmeriza o público com seus exercícios militares e demonstrações bem ensaiadas e coreografadas. É um exército do qual o público não foge, um exército que se mostra como um exército do povo. No entanto, é o que o exército faz às escuras, o poder por trás do poder do gabinete da presidência que a mídia e os grupos de direitos humanos tentaram expor ao público e ao mundo. O que acho lamentável é que, até o momento as alegações suscitadas pela mídia e organizações de direitos humanos e governança não são substanciadas com provas e fontes identificadas e confiáveis e devem, nas palavras do juiz Garwe, permanecer como alegações não substanciadas feitas por alguns desconhecidos.

Onde jaz o poder de Mugabe? O olhar da mídia pública

Trinta e sete anos de mandato pessoal de Mugabe expuseram sua natureza camaleônica. Sua vida e personalidade andaram na linha tênue entre “‘hagiografia’ e ‘demonização’” (MICHAEL, 2004, p. 1). Por conseguinte, Rathbone (2011, p. 338) observa que “muitos autores, quase certamente a maioria dos autores, já tentaram retratar pessoas tais como [...] Robert Mugabe. Mas com raras exceções, essas tendem a ser representações demasiadamente entusiásticas e partidárias que ou acusam ou louvam.” Em sua descrição de Robert Mugabe, Holland (2008, p. 155) expõe a natureza paradoxal e duas caras do homem quanto ela o retrata como “o homem [que está sempre] de terno elegante”, e um combatente pela liberdade que se tornou um tirano. A mídia ocidental, que no início dos anos 80 o elogiou como um estadista, agora o vilifica como um ditador brutal, autocrático e assassino. Estas polaridades entre hagiografia e demonização levantam questões sobre se Mugabe foi um chefe militar vestido em ternos de grife ou um líder civil e administrador astuto que, em um estilo maquiavélico, planejou a militarização do Estado-nação à sombra da democracia constitucional. Chinua Achebe (1987, p. 10), em *Formigueiros da Savana* chama isso de “a notável metamorfose de Sua Excelência” cujo resultado é “o nascimento e preparação de um bebê monstro.” Um pouco de background histórico vai certamente colocar a discussão em contexto.

O Zimbábue conquistou a independência em 18 de Abril de 1980, após 90 anos de domínio colonial britânico, e graças a dois movimentos pela libertação conhecidos na história do país como a Primeira e Segunda Guerras Chimurenga. Em seus 37 anos de independência, e em conformidade com as disposições da Constituição do país, o Zimbábue teve oito (8) eleições gerais. As últimas eleições foram realizadas em 31 de julho de 2013. No entanto, as eleições gerais de 2008 foram únicas e reveladoras pois produziram um parlamento dividido. Elas também

marcaram a primeira vez desde 1980 que Mugabe e o ZANU-PF perderam uma eleição. O Movimento pela Mudança Democrática de Morgan Tsvangirai (MDC-T) ganhou 100 cadeiras, o ZANU-PF de Robert Mugabe 99 cadeiras, o MDC de Arthur Mutambara 10 cadeiras, e uma(1) cadeira foi conquistada por Jonathan Moyo que concorreu como independente para completar as 210 disputadas na Assembléia. Mugabe com 42% do total dos votos expressos perdeu a primeira rodada da eleição presidencial para Morgan Tsvangirai, que obteve 47%, enquanto Simba Makoni do Mavambo/Khusile/Dawn (MKD) alcançou 8%. O fato de que não houve um vencedor absoluto resultou em uma corrida presidencial entre Mugabe e Tsvangirai. O caminho para a corrida presidencial de 27 de Junho de 2008 foi significativo. Tornou-se evidente que os militares no país não eram “politicamente estéreis e neutros” (HUNTINGTON, 1957, p. 84). O outrora secreto papel do exército, da polícia, dos veteranos de guerra e da milícia juvenil em assegurar a permanência de Mugabe no poder foi exposto por seu envolvimento ativo e ostensivo nas sangrentas e controversas eleições. A subsequente assinatura do Acordo Político Global (GPA) por Mugabe, Tsvangirai e Mutambara em 15 de Setembro de 2008, que introduziu um governo inclusivo no Zimbábue, também expôs a história política entre os militares e o ZANU-PF.

Em seu livro seminal *Regimes Militares na África* (1975), William Gutteridge afirma que

A história das relações civis-militares nos Estados embrionários da África desde 1960 expôs mais claramente do que nunca a gama de variáveis envolvidas em determinar as decisões militares para intervir na política de seus países e sua eventual eficácia uma vez tomada uma decisão. De primordial importância é a composição e natureza da oligarquia militar. Esta terá sido afetada [...] pelas circunstâncias em que o país em questão alcançou a independência (1975, p. 19-20).

No sul da África, a luta armada para libertação do Zimbábue criou e deixou um legado de militarização que é diferente do ocorrido em países vizinhos como o Zâmbia, Malawi e Botswana onde houve uma transferência pacífica de poder do antigo colonizador para a colônia (GUTTERIDGE, 1975). Também intencionalmente, os Chefes das Forças Armadas que comandam as Forças de Defesa do Zimbábue (ZDF), a Força Aérea do Zimbábue (AFZ), a Organização Central de Inteligência (CIO), os Serviços Prisionais do Zimbábue (ZPS) e a Polícia da República do Zimbábue (ZRP), têm uma coisa em comum: Todos eles têm credenciais da guerra pela libertação. Esta relação civil-militar de consangüinidade é bem descrita por Philip Martin (2016) em seu artigo “Por que os militares do Zimbábue continuam a apoiar Mugabe: a irmandade de sangue do ZANU-PF”, onde ele afirma que

A lealdade dos militares ao ZANU-PF é um produto de profundos laços ideológicos, pessoais e institucionais. A relação está no centro da ordem política do Zimbábue e desencorajará a mobilização de grupos armados para além do estado de controle para os próximos anos (MARTIN, 2016).

Eventos passados e recentes no Zimbábue independente revelaram que os militares “eram instrumento do governo de um Estado recém-independente”, para citar Gutteridge (1975, p. 19). Argumento, ainda, fazendo uso de Gutteridge, que “problemas econômicos, corrupção, dissidências políticas e desencanto geral se combinaram para criar um clima em que [...] é natural aceitar a intervenção pelo exército porque este é visto como patriota por definição e possuidor da virtude incomum da retidão”(1975, p. 18). É seguro dizer que, no caso do Zimbábue, os militares intervieram com o objetivo de manter o status quo político. Ultimamente isto tem se manifestado no que pode ser descrito como “a abordagem política para problemas de ordem pública [...], especialmente a extensão da dependência do aparato militar ou da polícia para a inteligência conectada à segurança interna”do governo de Robert Mugabe (GUTTERIDGE, 1975, p. 21). Este uso frequente e recorrente do exército em papéis destinados à polícia é a base para o desenvolvimento de uma propensão para a intervenção política pelos militares. É, portanto, meu argumento que desde 1980 o Zimbábue testemunhou o gradual e tardio desenvolvimento de uma militarização plena do Estado-nação sob um governo civil. Isso se deveu, parcialmente, à nomeação deliberada e estratégica dos militares para cargos tanto militares como não militares devido, em parte, ao envolvimento direto e evidente dos militares em questões políticas que viram a presença de militares tanto em instituições corporativas quanto políticas e democráticas que têm uma influência direta no dia a dia do governo e no resultado das eleições.

Em termos da constituição, Mugabe extraiu seu poder e autoridade como o Chefe de Estado e de Governo e Comandante-chefe das Forças de Defesa do Zimbábue da Constituição do país, que confere tal poder e autoridade ao gabinete da Presidência. Como tal, ele tinha sob sua asa e presidiu o Comando de Operações Conjuntas (JOC) do Zimbábue. Este é um poderoso Comitê de Conjunto de Segurança que reúne chefes das forças armadas do Exército, Força Aérea, Polícia, Inteligência e Serviços Prisionais. Conceitualmente, Mugabe extraiu seu poder e autoridade da Constituição. Na prática, seu poder e autoridade residem nesses setores da segurança. Ele ocupou o posto mais alto de Comandante-chefe na cadeia de comando militar. Somados a estes setores militares e militarizados estão os veteranos de guerra ou ex-combatentes pela liberdade, cujo patrono era novamente o ex-presidente Robert Mugabe, e a milícia juvenil que eram treinados nos famigerados campos de Boarder Gezi sob os auspícios do Programa Nacional de

Serviço Juvenil. Sua fidelidade a Robert Mugabe e ao partido ZANU-PF é uma questão de ideologia e política.

A assinatura do Acordo Político Global (GPA) em 15 de Setembro de 2008 promoveu uma conspícua oportunidade para a mídia expor a fonte do poder de Mugabe. Com Morgan Tsvangirai oficialmente ocupando o cargo recém-criado de primeiro-ministro, a mídia – tanto privada quanto pública – promoveu debates sobre a dinâmica das relações de poder e partilha de poder entre o então Presidente Robert Mugabe e o primeiro-ministro Morgan Tsvangirai. O debate, apesar de altamente polarizado e partidário, fez interessantes e incríveis revelações. Em uma tentativa de provar e refutar quem tinha mais poder entre Mugabe e Tsvangirai, os meios de comunicação públicos e privados banalizaram o debate a ponto de reduzi-lo a contagens numéricas de obrigações do presidente e do primeiro-ministro enumerados nos artigos 20.1.3 e 20.1.4 do GPA. O GPA listava dezenove (19) funções do gabinete do presidente contra dez (10) para o primeiro-ministro (GPA 2008, artigos 20.1.3 e 20.1.4). A interpretação do nobre espírito por trás do GPA foi reduzido, como uma eleição, a um jogo de números. Durante o debate, tanto meios de comunicação públicos como privados ficaram cegos por sua obsessão com as dinâmicas do poder e a criação de manchetes para as histórias que venderiam. Daí, apanhados na armadilha da polarização da política e da mídia, eles acharam conveniente ignorar o fato de que o GPA foi um acordo de partilha de poder e um “pacto de transição negociada” (MASUNUNGURE, 2009, p.4), abrindo caminho para as reformas política, constitucional e eleitoral, que conduziram a eleições gerais livres e justas.

A mídia também ignorou o artigo xx do GPA, nomeadamente o descrito no artigo 20.1.1, que dispõe sobre “Poderes executivos e Autoridade” (GPA, 2008). Aqui, o GPA faz uma distinção clara entre o poder, por um lado, e a autoridade, por outro lado, por intermédio da conjunção “e” [grifo nosso] Woolf (2000, 3), embora admitindo que há uma linha tênue de diferença entre poder e autoridade, argumenta que “poder é o controle que se tem sobre os subordinados [e] autoridade é a influência que se tem sobre seus pares”. Esta opinião é partilhada por Wayne Mark (acessado em 2013/08/14) que alega que o poder é o grau em que as pessoas vão aceitar suas decisões sem questionar enquanto autoridade é sobre a influência e a habilidade de convencer as pessoas da validade de uma decisão.

O terceiro aspecto que a mídia ignorou foi que o GPA era um documento negociado, e se “a história é um pesadelo do qual estou tentando acordar”, como James Joyce (1882 – 1941) disse uma vez, então certamente a mídia no país foi pega cochilando. Ela ignorou o fato histórico de que o ZANU-PF, liderada por Robert

Mugabe, tinha um histórico e experiência na negociação com os seus adversários e tinha aprendido muito com isso. O Acordo de Lancaster de 1979 foi um acordo negociado em que ZANU e ZAPU participaram sob a bandeira da Frente Patriótica. O Unity Accord de 1987 entre ZANU e ZAPU foi novamente um acordo negociado; um acordo que eventualmente criou o poderoso gabinete do Presidente executivo no Zimbábue. Dada a exposição e a experiência adquirida com negociações anteriores, o ZANU-PF de Mugabe, defendendo, embora aparentemente uma força esgotada em 2008, estava negociando a partir de uma posição de vantagem.

Por outro lado, o que os meios de comunicação públicos – tanto impressos e eletrônicos – não perderam de vista foi a existência de um poder oculto. O poder por trás do poder que o GPA e a Constituição do Zimbábue estavam dando ao gabinete da Presidência – poder militar ou poder dos militares. Enquanto o debate sobre a dinâmica de partilha de poder estava no auge, a mídia pública controlada pelo governo fez um casual ataque à autoridade civil ao introduzir uma política editorial que se tornou um mantra e um slogan no Zimbábue. Qualquer referência a Robert Mugabe tinha que ser precedida de seu posto, título e marca de identidade como “O Chefe de Estado e de Governo e Comandante-Chefe das Forças de Defesa do Zimbábue “. O timing não pode ter sido acidental. Estrategicamente, a mensagem que estava sendo colocada em todo o comprimento e largura da paisagem política do Zimbábue e até mesmo para além era a da relação civil-militar entre Mugabe e o exército. “Pronunciamentos oficiais das juntas militares sobre sua reação ‘relutante’” a reconhecer a nomeação de Tsvangirai como Primeiro-Ministro, e recusa de saudá-lo traiu sua intervenção no processo político civil “como agentes principais em seu próprio nome” e em nome de Mugabe (DECALO, 1986, p. 45). Tornou-se evidente que Mugabe não precisava do GPA para exercer seu poder e autoridade. Pelo contrário, seu poder e autoridade derivavam dos militares. Imediatamente, as vozes uma vez silenciadas do poder militar se tornaram vãs, tão altas e aparentes como seu envolvimento ativo e direto na política zimbabueana.

ZANU-PF e as relações militares no Zimbábue

A declaração de missão do Exército Nacional do Zimbábue (ZNA) disponível online indica claramente que os papéis do ZNA incluem defender a integridade territorial, independência, soberania, bem-estar, interesses vitais e participação em operações de manutenção da paz. No entanto, o registro histórico do exército no Zimbábue pós-independência, especialmente na cena doméstica, deixou cicatrizes e feridas emocionais que podem nunca desaparecer. Por exemplo, o nome 5ª Brigada, com suas distintas boinas vermelhas, é sinônimo de atrocidades nas províncias de

Matabeleland e Midlands entre 1983 e 1987. De acordo com Meredith (2002), Mugabe era bastante explícito sobre o objetivo desta unidade do exército que respondia diretamente a seus comandantes do exército e por extensão a ele mesmo em seu papel como primeiro-ministro. A 5ª Brigada, segundo Mugabe, “foi treinada pelos norte-coreanos porque queríamos um braço do exército que tivesse a orientação política que deriva da nossa filosofia no ZANU-PF” (MEREDITH, 2002, p. 62). Reconhecidamente, Mugabe confessou a orientação egoísta e utilização oportunista do poder militar a fim de promover e proteger seu ninho pessoal e poder político. A 5ª Brigada era o bebê de Mugabe. Ele era literalmente seu dono. Se tomarmos a observação de que “os soldados são treinados para matar pessoas, não para governá-las; sensibilidade e sutileza não prosperam no quartel” (África Ocidental, 1981), podemos concluir que, ao dar origem à 5ª Brigada, Mugabe tinha o controle direto dos meios de coerção.

O aviso arrepiante feito por Mugabe durante um discurso no Parlamento em 1982 fez com que os militares saíssem da periferia e fossem para o centro do palco político do Zimbábue ainda em sua infância de independência política. Ele declarou que “algumas das medidas que devemos tomar são medidas que serão extralegais [...] olho por olho e orelha por orelha pode não ser adequado em nossas circunstâncias. Podemos muito bem exigir duas orelhas para uma, ou dois olhos para um” (HANSARD, 1982). O que começou como uma advertência verbal acabou por ser oficialmente um ato de genocídio e/ou limpeza étnica. Embora haja controvérsia sobre o número de pessoas que morreram durante o período negro da revolta civil e o comando da operação apelidada de “Operação Chinyavada”, vidas foram perdidas nas mãos da 5ª Brigada, do CIO, da Unidade de Apoio Policial e da brigada juvenil do ZANU-PF no que ficou conhecido como atrocidades de Gukurahundi. Comentando as atrocidades de Gukurahundi, Tsvangirai (2011, p. 99) recorda perguntando: “quando tudo isso iria acabar? Mugabe era um implacável líder e eu não podia ver sinais de qualquer ponto fraco”. Através de força bruta e do poder dos militares no que pode ser definido nos termos de Seegersean como “o pior ano já registrado em violência no Zimbábue pós-guerra” (Seegers, 1986, p. 131), Joshua Nkomo, o suposto pai dos dissidentes e líder do PF-ZAPU, capitulou, e seu partido político foi engolido pelo ZANU-PF de Mugabe no que ficou conhecido como o Acordo de Unidade assinado por Mugabe e Nkomo em 22 de Dezembro, 1987. Gukurahundi foi o primeiro exemplo clássico dos pecados do político fundamental ao encontrar seu caminho para os militares e vice-versa, e o crescimento gradual das ambições personalistas de Mugabe, levando à militarização do Estado-nação sob um governo civil.

Conclusão

Escrevendo em 1963, quase duas décadas antes de o Zimbábue conquistar sua independência do domínio colonial britânico, Fanon disse,

Nestes países pobres e subdesenvolvidos, onde a regra é que grande riqueza seja cercada de grande pobreza, o exército e a polícia constituem os pilares do regime; um exército e um polícia [são] (outra regra que não deve ser esquecida)... a força da polícia e o poder do exército são proporcionais à estagnação em que o resto da nação está afundada. (FANON, 1963, p. 138)

Estas palavras, embora cheias de pessimismo foram “proféticas” no sentido de que, sem necessariamente citar nomes, são uma delimitação exata, sucinta e precisa do estado de coisas na paisagem sócio-política e econômica do Zimbábue. Trinta e sete anos de governo de Mugabe, paradoxalmente, fizeram mais mal do que bem para aqueles que ele supostamente governou. O que vimos ao longo dos anos foi a progressiva militarização do Estado-nação sob a liderança de Mugabe. As instituições de segurança do Estado foram utilizados para assegurar e garantir que Mugabe se mantivesse no poder. Os militares abertamente se enraizaram no dia a dia do Estado como evidenciado pelos numerosos homens e mulheres militares que continuam a assumir – ainda que através de nomeações oficiais – posições estratégicas e poderosas em ministérios e instituições. A situação foi agravada pela recusa de Mugabe em nomear um sucessor ao seu trono. Isso suscitou especulações de que os militares teriam ajudado Mugabe a se tornar o presidente vitalício do Zimbábue da mesma forma como Hastings Kamuzu Banda no Malawi e Mobutu Sese Seko no Zaire se tornaram ditadores militares com as bênçãos e apoio de seus exércitos. No entanto, os mesmos militares que garantiram a posição de Mugabe por 37 anos, abriram o caminho para a sua saída no que se tornou conhecido como um golpe que não foi um golpe em novembro de 2017.

References

Achebe, C. (1987). *Anthills of the Savannah*. Oxford: Heinemann.

Agreement Between The Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (Zanu-Pf) And The Two Movement For Democratic Change (Mdc) Formations, on resolving the challenges facing Zimbabwe (GPA, signed 15 September, 2008). <https://eisa.org.za/pdf/zimpsa200809.pdf>

Baynham, S. (1986). "Introduction: Armed Forces in Africa". In Simon Baynham (ed), *Military Power and Politics in Black Africa* (1-37). London: Croom Helm.

Catholic Commission For Justice And Peace In Zimbabwe, March 1997, "Breaking the Silence" Report on atrocities in Matabeleland and the Midlands. Newzimbabwe.com. Retrieved 2017/08/07.

Chitema, B & Masekesa, C. (2013). "July 31 polls: army versus people", The Zimbabwe Independent, July 12, 2013.

Decalo, S. (1986). "Military rule in Africa: Etiology and Morphology" In Simon Baynham (Ed). *Military Power and Politics in Black Africa* (38-66). London: Croom Helm.

Fanon, F.(1963). *The Wretched of the Earth*. New York: Penguin Books.

Goldsworthy, D.(1986). "Armies and Politics in Civilian Regimes" (97–128). In Simon Baynham (ed), *Military Power and politics in Black Africa*. London: Croom Helm.

Gutteridge, F.W. (1975). *Military Regimes in Africa*. London: Methuen & Co LTD.

Holland, H.(2008). *Dinner with Mugabe: The untold story of a freedom fighter who became a tyrant*. Rosebank: Penguin Books.

Hudleston, S.(2005). *Face of courage: Morgan Tsvangirai, a biography*. Cape Town: Double Storey Books.

HUMAN RIGHTS WATCH.(2013). "Security reforms: Elephant in the room", The Zimbabwe Independent, June 7, 2013, retrieved 2017/08/07.

Huntington, P. S. (1957). *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Belknap Press.

Lipman-blumen, J. (2005). *The Allure of Toxic Leaders*. Oxford: Oxford University Press.

Makova, P. (2013). "Soldiers move in to save Mugabe", The Standard, June 30, 2013. retrieved 2017/08/07.

Mambo, E. (2013). "Zanu PF militarises its structures", The Zimbabwe Independent, July 5, 2013, retrieved 2017/08/13.

Mambo, E. (2013). "Army gives Mugabe leverage in polls", The Zimbabwe Independent, August 2, 2013, retrieved 2017/04/07.

Mambo, E. (2013). "Police embark on all-out campaigning for Zanu PF", The Zimbabwe Independent, June 28, 2013, retrieved 2017/08/07.

Mambo, E. (2013). "Security forces step up new recruitments", The Zimbabwe Independent, May 17, 2013, retrieved 2017/08/07.

Mangwende, B. (2013). "President will win – Muchena", Zimbabwe Independent, July 26, 2013, retrieved 2017/08/07.

Martin, P. (2016). "Why Zimbabwe's Military Sticks with Mugabe: Zanu-PF's Blood Brotherhood" September 12, 2016, www.foreignaffairs.com accessed 2017/08/12.

- Meredith, M. (2002). *Mugabe: power, plunder and the struggle for Zimbabwe*. New York: Public Affairs.
- Mhanda, W. (2011). *Dzino: Memories of a freedom fighter*. Harare: Weaver Press.
- Mhlanga, B. (2016). "Why Chinamasa's \$4.1 bn budget has alarmed Mugabe's opponents" *The Standard*, December 11, 2016. Accessed 17/07/2017
- Michael, C. (2004). *African Biography: Hagiography or Demonisation?* *Social Dynamics* 30: 1(2004): 1 – 10.
- Mission Statement Of Zimbabwe National Army (ZNA), www.zna.gov.zw/en/roles
- Mugabe, G. R. (1980). "Address to the Nation by the Prime Minister Elect", 4 March 1980. Published by the Ministry of Information, Immigration and Tourism, Zimbabwe. Record No. 1.
- Ndibe, O. (2000). *Arrows of Rain*. Oxford: Heinemann Publishers.
- Nyarota, G. (2006). *Against the Grain: Memoirs of a Zimbabwean Newsmen*. Cape Town: Zebra Press.
- Rathbone, R. (2011). "African Biography", *Contemporary Review*, Vol. 293, No. 1702. 336 – 345.
- Seegers, A. (1986). "Revolutionary Armies of Africa: Mozambique and Zimbabwe" In Simon Baynham (ed). *Military Power and politics in Black Africa* (129 – 165). London: Croom Helm.
- Staff Writer. (2013). "Army deploys ahead of polls", *The Zimbabwe Independent*, June 28, 2013, accessed 2017/08/07.
- Staff Writer. (2012). "Zanu PF intensifies military patronage", *The Zimbabwe Independent*, October 12, 2012, accessed 2017/08/13.
- Tsvangirai, M. (2011). *At the Deep End*. Rosebank: Penguin Books.
- Warnapala, W. (2009). *Military regimes: a third world phenomenon*. The Island Features, <http://www.island.lk/2009/12/14> accessed 2017/04/13.
- Wayne, M. "Power versus Authority", <http://c2.com/cgi/wiki> Retrieved 2017/08/14.
- Welch, Jr, C. (1986). "Military Disengagement from Politics?: Incentives and Obstacles in Political Change". In Simon Baynham (ed). *Military Power and politics in Black Africa*. (67–96). London: Croom Helm.
- Woolf B. (2014). *Power versus Authority*, <http://c2.com/cgi/wiki> Retrieved 2017/04/14.